

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 50/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.004308/2025-78

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade:	Recursos Humanos
Nome do Projeto:	Concessão de Auxílio refeição/alimentação
Fonte de Recursos:	6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Auxílio Alimentação/Refeição
Responsável pela Demanda:	Aldemi Leon
E-mail:	rh@crars.org.br
Ramal	4742

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento mensal de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, por meio de instrumento eletrônico de pagamento, incluindo a disponibilização da rede credenciada e a realização de recargas mensais, para atendimento das necessidades do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

	Recursos Humanos	Superintendente Executiva	Vice-Presidente da Área
Nome:	Luciano Husek de Freitas	Gabriela Gonçalves Sanches	Júlio César Lopes Abrantes
E-mail:	rh.apoio@crars.org.br	superex@crars.org.br	jcabrantes1962@gmail.com
CPF:	708.XXX.770.87	004.XXX.010-97	752.XXX.467-87

4. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM BASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico do CRA-RS, especialmente às diretrizes relacionadas à valorização dos empregados, à manutenção de condições adequadas de trabalho e à eficiência administrativa, contribuindo para a continuidade das atividades institucionais e para o cumprimento das obrigações relacionadas à concessão de benefícios previstos em normativos internos e no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente demanda decorre da necessidade de assegurar a continuidade da concessão dos benefícios de vale alimentação, refeição aos funcionários do CRA-RS.

5.2. O contrato atualmente em vigor encontra-se próximo do encerramento, tendo atingido o limite máximo de prorrogações admitidas pela legislação, tornando imprescindível a realização de novo procedimento licitatório.

5.3. Adicionalmente, observa-se que o mercado evoluiu significativamente quanto às soluções tecnológicas aplicadas à gestão de benefícios, com a oferta de diferentes instrumentos de planejamento e

gestão, proporcionando maior flexibilidade, segurança nas transações e autonomia aos usuários.

5.4. Nesse contexto, mostra-se necessária a avaliação de soluções que ampliem a usabilidade do benefício e promovam maior eficiência na sua operacionalização, em consonância com as práticas atuais de mercado.

5.5. Dessa forma, a contratação pretendida visa não apenas a continuidade do serviço, mas também sua modernização, alinhando-se às melhores práticas de mercado e às necessidades institucionais do CRA-RS.

6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

6.1. Espera-se que a contratação assegure a continuidade da concessão dos benefícios de vale alimentação e vale refeição aos empregados, garantindo o cumprimento das obrigações institucionais. Além disso, pretende-se promover maior eficiência na gestão administrativa dos créditos, com a utilização de ferramentas tecnológicas que simplifiquem os processos operacionais.

6.2. A solução deverá ampliar a rede de aceitação dos benefícios, reduzir entraves operacionais e proporcionar uma melhor experiência aos usuários, por meio de maior autonomia, segurança e praticidade na utilização.

6.3. Por fim, busca-se a adoção de uma solução compatível com as práticas de mercado, alinhadas às diretrizes de inovação e eficiência administrativa, com vistas à melhoria contínua da prestação do serviço.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, sob a forma de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço (taxa administrativa), ou outro critério economicamente mais vantajoso a ser estabelecido no Termo de Referência.

8. PRAZO PRETENDIDO PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A conclusão do processo de contratação deverá ocorrer antes do término da vigência do contrato atualmente em execução, previsto para 04 de agosto de 2026, preferencialmente com antecedência mínima que assegure a transição contratual, de modo a assegurar a continuidade do serviço.

9. ENCAMINHAMENTOS

9.1. Em conformidade com as normas internas e com o fluxo de planejamento das contratações adotado pelo CRA-RS, encaminha-se o presente Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Área de Licitações e Contratos, para as providências cabíveis.

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
Superintendente Executiva do CRA/RS
CRA-RS nº 30370

Aldemi Silveira Leon
Chefe de Setor
CRA-RS



Documento assinado eletronicamente por **Aldemi Silveira Leon, Chefe de Setor**, em 08/05/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches, Superintendente Executivo(a)**, em 08/05/2026, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **4059770** e o código CRC **4B3DC098**.

Referência: Processo nº 476910.004308/2025-78

SEI nº 4059770



PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

Conselho Regional de Administração do RS (UASG)
389150

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento mensal de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, por meio de instrumento eletrônico de pagamento, incluindo a disponibilização de rede credenciada e a realização de recargas mensais, para atendimento das necessidades do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.821.600,00 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil e seiscentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL DA PUBLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERTAME

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço (menor taxa administrativa)

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO TERMO DE CONTRATO	12
9. DOS RECURSOS.....	13
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

EDITAL**Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

Processo Administrativo SEI nº 476910.004308/2025-78

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Marcílio Dias, 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO (menor taxa administrativa), modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento mensal de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, por meio de instrumento eletrônico de pagamento, incluindo a disponibilização de rede credenciada e a realização de recargas mensais, para atendimento das necessidades do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

1.2. A licitação será realizada em único item, tendo a taxa administrativa como objeto de julgamento, conforme estabelecido pelo Termo de Referência.

1.3. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico do Comprasgov (www.gov.br/compras) e as especificações do objeto descrito no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. **O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

4.1.1. valor unitário correspondente a taxa administrativa conforme termo de referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme registrado no sistema, cabendo ao licitante ter conhecimento do sistema.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.21.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.21.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.24.2. empresas brasileiras;

5.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, pelo próprio sistema, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.

5.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.28.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8. **A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:**

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.1 As exigências de habilitação estão previstas no Termo de Referência.

7.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados via campo próprio do sistema Compras.gov.br.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.
- 7.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 8.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crars.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. fraudar a licitação;
- 10.1.6. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do sul, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.7 e 10.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.2 e 10.1.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@crars.org.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme §2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73/2022.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRA-RS: www.crars.org.br.

12.11. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

APROVAÇÃO:

Aprovo o edital e determino que seja realizada a sua publicação.

Porto Alegre, assinado digitalmente.

Adm. Flávio Cardozo de Abreu

Presidente do CRA-RS

CRA-RS 20.904

Setor de Recursos Humanos
Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000
Telefone: (51) 3014-4701 - www.crars.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 71/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.004308/2025-78

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o disposto nos arts. 6º, XXIII, e 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefícios de vale alimentação e vale refeição, por meio de cartões eletrônicos bandeirados (aberto), com tecnologia de pagamento segura (chip e/ou NFC), aceitos em ampla rede de estabelecimentos físicos e digitais, com disponibilização de sistema de gestão e aplicativo para usuários.

1.2. A solução adotada para a presente contratação consiste na utilização de instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla rede de aceitação, compatíveis com arranjos de pagamento amplamente difundidos no mercado (bandeira aberta), conforme análise de viabilidade técnica e econômica realizada no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A escolha fundamenta-se na maior abrangência de utilização pelos beneficiários, na eficiência operacional e na simplificação da gestão contratual, não havendo prejuízo à competitividade do certame, nos termos demonstrados no ETP.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação possui caráter estimativo, sendo os valores apurados com base no quantitativo estimado de beneficiários e no valor médio diário do benefício, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE ESTIMADA DE EMPREGADOS	VALOR DIÁRIO	DIAS ÚTEIS/MÊS	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL (36 MESES)	TAXA ADMINISTRATIVA ESTIMADA
1	Contratação de empresa para fornecimento e administração de vale-alimentação e vale-refeição, por meio de instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla rede de aceitação	14109	50	R\$ 46,00	22	R\$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais)	R\$ 607.200,00 (seiscentos e sete mil e duzentos reais)	R\$ 1.821.600,00 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil e seiscentos reais)	0,00%

2.2. A taxa de administração estimada foi apurada com base em pesquisa de mercado realizada junto a fornecedores do ramo, possuindo caráter meramente referencial, não vinculando as propostas dos licitantes.

2.3. A taxa de administração deverá ser apresentada em percentual igual ou superior a 0% (zero por cento), não sendo admitidas propostas com taxa negativa (deságio), em observância ao disposto na Lei nº 14.442/2022, que veda práticas que impliquem redução do valor do benefício destinado ao trabalhador no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

2.4. O objeto da contratação possui natureza de **serviço comum**, conforme subitem 3.1 do Estudo Técnico Preliminar.

2.5. Trata-se, ainda, de **serviço contínuo**, considerando as obrigações institucionais e o fornecimento de benefício de natureza alimentar aos empregados.

2.6. O prazo de vigência inicial da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de início da execução contratual, tendo em vista a natureza continuada, estável e padronizada do serviço, bem como a necessidade de assegurar eficiência administrativa, continuidade da prestação e redução de custos operacionais decorrentes de processos licitatórios frequentes, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante justificativa de vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitado o limite máximo legal.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3.3. A presente contratação tem por objetivo assegurar a continuidade da concessão dos benefícios de vale alimentação e vale refeição aos empregados do CRA-RS, conforme previsto em instrumentos normativos internos e acordos coletivos de trabalho vigentes.

3.4. Além da necessidade de continuidade, a contratação busca promover a modernização da solução atualmente utilizada, por meio da adoção de instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla rede de aceitação, compatíveis com arranjos de pagamento amplamente difundidos no mercado (bandeira aberta), conforme solução definida no Estudo Técnico Preliminar, os quais proporcionam maior flexibilidade de uso, abrangência de aceitação e eficiência operacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de benefícios de vale alimentação e vale refeição, por meio de instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla rede de aceitação, compatíveis com arranjos de pagamento amplamente difundidos no mercado (bandeira aberta), dotados de mecanismos de segurança compatíveis com os padrões tecnológicos vigentes, com ampla aceitação em território nacional, em estabelecimentos compatíveis com a natureza do benefício.

- 4.2. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a execução contratual compreende as seguintes etapas integradas:
- 4.2.1. **Implantação:** inclui a disponibilização do sistema de gestão, cadastro dos beneficiários, parametrização dos perfis de uso e emissão inicial dos cartões, bem como eventual capacitação dos usuários administrativos;
- 4.2.2. **Operação:** abrange a realização de recargas periódicas de créditos, a manutenção contínua da plataforma tecnológica, a disponibilização de aplicativo para os beneficiários (com funcionalidades no mínimo de consulta de saldo, extrato e bloqueio), bem como a garantia de funcionamento adequado dos meios de pagamento;
- 4.2.3. **Suporte e manutenção:** envolve a prestação de atendimento técnico e operacional contínuo, resolução de incidentes, substituição de cartões, atualização de sistemas e garantia da segurança das transações e dos dados;
- 4.2.4. **Monitoramento e gestão:** compreende a disponibilização da rastreabilidade das operações, controle dos créditos e acompanhamento da execução contratual pela Administração;
- 4.3. A solução adotada proporciona elevados níveis de segurança, rastreabilidade e transparência na gestão dos recursos, além de maior eficiência administrativa e flexibilidade de utilização pelos beneficiários, alinhando-se às práticas modernas de gestão pública e às diretrizes de economicidade e inovação.

5. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A solução deverá contemplar a administração do benefício por meio de instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla rede de aceitação, compatíveis com arranjos de pagamento amplamente difundidos no mercado (bandeira aberta), dotados de mecanismos de segurança compatíveis com os padrões tecnológicos vigentes, garantindo elevados níveis de proteção contra fraudes, falsificações e clonagens.
- 5.2. A adoção de arranjo aberto proporciona ampla aceitação nacional, permitindo a utilização dos cartões em estabelecimentos compatíveis com a natureza do benefício, sem a necessidade de rede credenciada específica, observadas as disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei nº 14.442/2022 e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321/1976.
- 5.3. A solução deverá permitir a utilização dos créditos de forma unificada, sem segregação obrigatória entre vale-alimentação e vale-refeição, assegurando ao usuário final a livre escolha quanto à forma de utilização do benefício (alimentação ou refeição), observada a finalidade alimentar e as disposições da Lei nº 14.442/2022 e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
- 5.4. A CONTRATADA deverá prestar serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-refeição, por meio de cartões eletrônicos com tecnologia segura de pagamento, inseridos em arranjo aberto, devendo contemplar, no mínimo:
- 5.4.1. disponibilização de recarga periódica de créditos, conforme demanda da Administração;
- 5.4.2. sistema informatizado para gestão, acompanhamento e controle das operações, com acesso pela CONTRATANTE;
- 5.4.3. segurança das transações mediante uso de senha pessoal e demais mecanismos de proteção;
- 5.4.4. atendimento aos usuários e à Administração, por canais digitais e/ou telefônicos;
- 5.4.5. possibilidade de bloqueio, cancelamento e substituição dos cartões em caso de perda, roubo, furto ou defeito;
- 5.4.6. disponibilização de aplicativo ou plataforma digital para consulta de saldo, extrato e gestão do benefício pelo usuário;
- 5.4.7. garantia de ampla aceitação dos cartões no território nacional, em estabelecimentos do ramo alimentício;
- 5.4.8. observância integral das normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto à vedação de deságio ou taxa negativa.
- 5.5. **Sustentabilidade:** A contratação observará critérios de sustentabilidade, priorizando soluções que reduzam o uso de papel, por meio de sistemas digitais de gestão e faturamento eletrônico, bem como a utilização de cartões com maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes, sempre que tecnicamente possível.
- 5.6. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto, ressalvada a utilização de instituições integrantes do arranjo de pagamento (emissoras, credenciadoras ou bandeiras), sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA.
- 5.7. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 5.8. **Vistoria:** Não há necessidade de realização de vistoria prévia, tendo em vista que o objeto não envolve execução física em instalações do CRA-RS.
- 5.9. **Consórcio:** Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto pode ser executado integralmente por uma única empresa, conforme demonstrado em pesquisa de mercado, não havendo prejuízo à competitividade, além de se buscar maior segurança e padronização na execução contratual.
- 5.10. **Confidencialidade, Tratamento e Proteção de Dados:** A CONTRATADA deverá estar em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo indicar formalmente o seu encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO). Deverá, ainda, respeitar e fazer cumprir integralmente a legislação aplicável, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas. O tratamento de dados deverá ocorrer exclusivamente para a execução do objeto contratual, vedada a utilização para finalidades diversas, sendo assegurado que o acesso às informações se dará apenas na medida necessária e em conformidade com as orientações do CRA-RS.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. A execução do objeto observará a seguinte dinâmica operacional:
- 6.1.1. O início da execução contratual está previsto para **20 de julho de 2026**, podendo ser ajustado conforme a formalização da contratação.
- 6.1.2. A definição de início da execução em data anterior ao término da vigência do contrato atualmente em execução justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada transição entre os contratos, permitindo a implantação da nova solução, a emissão e distribuição dos instrumentos de pagamento e a realização dos testes operacionais, sem prejuízo à continuidade da concessão do benefício aos empregados.
- 6.1.3. Tal medida visa mitigar riscos de descontinuidade do serviço, especialmente considerando a natureza essencial do benefício, bem como garantir a regularidade das recargas e a plena operacionalização do sistema desde o início da vigência contratual.
- 6.1.4. A execução compreenderá a administração, emissão, fornecimento e gerenciamento de cartões eletrônicos com tecnologia segura de pagamento (chip e aproximação – NFC ou equivalente), destinados à concessão de auxílio-alimentação e auxílio-refeição aos empregados do CRA-RS.
- 6.1.5. Os cartões deverão ser disponibilizados aos usuários no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da solicitação formal da Administração, sendo as recargas realizadas mensalmente, conforme os quantitativos informados pelo CRA-RS.
- 6.1.6. A CONTRATADA deverá assegurar a continuidade da prestação do serviço durante toda a vigência contratual, garantindo o pleno funcionamento do sistema de gestão e a ampla aceitação dos cartões no mercado, compatível com a natureza do benefício.
- 6.2. **A execução contratual observará as seguintes rotinas:**
- 6.2.1. manutenção das condições da proposta e habilitação durante a vigência contratual;
- 6.2.2. disponibilização mensal dos créditos, conforme demanda da Administração;
- 6.2.3. possibilidade de variação dos valores em função de acordos coletivos;

- 6.2.4. garantia de aceitação dos cartões em estabelecimentos do ramo alimentício em âmbito nacional;
- 6.2.5. vedação ao uso de cartões exclusivamente de tarja magnética, devendo ser adotada tecnologia com chip e NFC ou equivalente.
- 6.2.6. O consumo anual será estimado conforme quadro supramencionado no subitem 2.1 a serem distribuídos nos cartões de refeição e/ou alimentação conforme demanda da Administração;
- 6.3. **Gestão financeira e cargas:**
- 6.3.1. efetuar as recargas mediante requisições periódicas da Administração;
- 6.3.2. garantir a correta disponibilização dos valores aos beneficiários;
- 6.3.3. manter a custódia dos créditos até sua efetiva utilização;
- 6.3.4. disponibilizar histórico de operações para auditoria e controle.
- 6.4. **Materiais e tecnologia (cartões):**
- 6.4.1. cartões com tecnologia segura (chip e NFC ou equivalente);
- 6.4.2. entrega dos cartões em até **02 (dois) dias úteis** após solicitação;
- 6.4.3. validade mínima de **12 (doze) meses**;
- 6.4.4. reposição em até **05 (cinco) dias úteis**, com preservação do saldo.
- 6.4.5. Todos os cartões deverão ser entregues novos e prontos para uso na sede do CRA/RS, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação, no endereço: Rua Marcilio Dias, 1030 – Menino Deus – Porto Alegre/RS.
- 6.5. **Sistema e aplicativo:**
- 6.5.1. sistema web de gestão para a Administração;
- 6.5.2. aplicativo (Android/iOS) ou plataforma web para os usuários;
- 6.5.3. funcionalidades de consulta de saldo, extrato, bloqueio e gestão;
- 6.5.4. relatórios gerenciais detalhados.
- 6.6. **Suporte e treinamento:**
- 6.6.1. prestar suporte técnico contínuo;
- 6.6.2. disponibilizar canal de atendimento;
- 6.6.3. capacitar os servidores responsáveis pela gestão do contrato.
- 6.7. **A CONTRATADA deverá garantir a transição adequada do serviço, incluindo:**
- 6.7.1. Início da operação a partir da primeira carga subsequente à assinatura da Ordem de Início dos Serviços, sem interferência nos créditos geridos pela empresa anterior;
- 6.7.2. suporte à implantação do sistema;
- 6.7.3. adoção de medidas que assegurem a continuidade da concessão do benefício, sem prejuízo aos empregados durante a transição contratual.
- 7. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**
- 7.1. As licitantes deverão elaborar suas propostas observando as disposições deste Termo de Referência e da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 14.442/2022.
- 7.2. A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem rasuras, emendas ou entrelinhas que comprometam sua compreensão, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 7.2.1. identificação completa da empresa proponente (razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail);
- 7.2.2. indicação da **taxa de administração**, expressa em percentual (%), a ser aplicada sobre o valor total das recargas;
- 7.2.3. declaração de que a proposta contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo emissão de cartões, manutenção do sistema, suporte técnico, logística e demais despesas;
- 7.2.4. declaração de que a empresa atende integralmente aos requisitos técnicos previstos neste Termo de Referência;
- 7.2.5. prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.
- 7.3. A taxa de administração deverá ser única e fixa durante toda a vigência contratual, sendo **vedada a apresentação de taxa negativa (deságio)**, em conformidade com a legislação aplicável ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.
- 7.4. A proposta deverá considerar que:
- 7.4.1. os quantitativos informados são estimativos, podendo sofrer variações ao longo da execução contratual;
- 7.4.2. os valores dos benefícios poderão ser alterados em função de acordos coletivos ou decisões administrativas, sem que isso implique direito a reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legais;
- 7.4.3. não serão admitidas cobranças adicionais à Administração ou aos beneficiários, além da taxa de administração ofertada.
- 7.5. A licitante deverá assegurar que dispõe de capacidade técnica, estrutura operacional e solução tecnológica compatíveis com as exigências do objeto, incluindo operação em **arranjos** de pagamento com ampla aceitação no mercado (**bandeira aberta**), com ampla aceitação no mercado.
- 7.6. A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no quantitativo atual de beneficiários, no valor unitário diário do benefício e na projeção de dias úteis mensais, conforme demonstrado na tabela constante do item 2 deste Termo de Referência.
- 8.2. Para fins de cálculo, considerou-se:
- a) **Quantidade estimada de beneficiários:** 50 empregados;
- b) **Valor unitário diário do benefício:** R\$ 46,00 (quarenta e seis reais);
- c) **Média mensal:** 22 dias úteis;
- 8.3. Com base nesses parâmetros, estima-se:
- a) **Valor mensal estimado:** R\$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais);

b) **Valor anual estimado:** R\$ 607.200,00 (seiscentos e sete mil e duzentos reais);

c) **Valor global estimado (36 meses):** R\$ 1.821.600,00 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil e seiscentos reais).

8.4. Ressalta-se que os valores indicados referem-se ao montante destinado ao repasse direto aos beneficiários (valor de face dos créditos), não constituindo remuneração da CONTRATADA, que será remunerada exclusivamente por meio da taxa de administração a ser ofertada no certame.

8.5. A taxa de administração deverá ser expressa em percentual (%) e será aplicada sobre o valor total dos créditos disponibilizados, sendo **vedada a apresentação de taxa negativa (deságio)**, em observância à legislação aplicável ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, especialmente a Lei nº 14.442/2022.

8.6. Os valores apresentados possuem caráter estimativo, podendo variar ao longo da execução contratual em razão de:

a) alterações no número de beneficiários;

b) reajustes decorrentes de acordos coletivos ou deliberações internas do CRA-RS;

c) variações na quantidade de dias úteis mensais.

8.7. Eventuais alterações contratuais observarão os limites e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Dessa forma, a estimativa apresentada é considerada adequada para fins de planejamento da contratação e definição do critério de julgamento, não implicando obrigação de execução do valor total estimado, tampouco garantia de consumo mínimo por parte da Administração.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento a menor percentual de taxa de administração, vedada a apresentação de proposta com valor inferior a 0,00% (zero por cento), em conformidade com a Lei nº 14.442/2022.

9.1.2. Considerando as limitações operacionais do sistema eletrônico, que não admite a inserção de lances em formato percentual e pode interpretá-los como desconto, o que poderia resultar em taxa negativa, prática expressamente vedada, será adotada, exclusivamente para fins de disputa, uma **taxa referencial fictícia de 4,00% (quatro por cento)**.

9.1.3. Essa taxa referencial será operacionalizada no sistema como o valor de **R\$ 4,00 (quatro reais)**, servindo apenas como parâmetro inicial para a formulação dos lances, sem qualquer vinculação com o valor efetivo da contratação.

9.1.4. Os licitantes deverão apresentar seus lances considerando a redução dessa taxa referencial, sendo que o valor final adjudicado corresponderá à taxa de administração efetivamente ofertada.

9.1.5. Em razão de o sistema permitir a inserção de valores com até quatro casas decimais (0,0001), fica estabelecido que propostas com valores inferiores a **0,01% (um centésimo por cento)** serão, para todos os efeitos, consideradas como **0,00% (zero por cento)**, vedada qualquer interpretação que resulte em taxa negativa.

9.1.6. Para fins de esclarecimento e transparência, apresenta-se abaixo tabela exemplificativa da correspondência entre os lances registrados no sistema e a taxa administrativa efetivamente considerada:

Lance Registrado no Sistema	Interpretação (%)	Taxa Administrativa Considerada	Observação
R\$ 4,00 (taxa referencial)	4,0000%	4,00%	Ponto de partida da disputa
R\$ 2,5000	2,5000%	2,50%	Lance válido
R\$ 1,0000	1,0000%	1,00%	Lance válido
R\$ 0,5000	0,5000%	0,50%	Lance válido
R\$ 0,1000	0,1000%	0,10%	Lance válido
R\$ 0,0100	0,0100%	0,01%	Lance válido
R\$ 0,0099	0,0099%	0,00%	Considerado 0%
R\$ 0,0010	0,0010%	0,00%	Considerado 0%
R\$ 0,0001	0,0001%	0,00%	Considerado 0%

9.2. Critérios de desempate

9.2.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após esgotadas as condições de desempate prevista no Art 60 da Lei 14133/2021, disciplinada pelo Edital, será adotado o seguinte procedimento para sorteio:

9.2.1.1. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será realizado sorteio entre as propostas empatadas, em ato público, conforme disposto no §1º do referido artigo, vedada a utilização de qualquer outro procedimento.

9.2.1.2. O sorteio será realizado de forma automática pelo sistema Comprasnet, sem qualquer interferência do Pregoeiro ou da Administração, garantindo a transparência, a isonomia e a impessoalidade do certame.

9.2.1.3. Considera-se atendida a exigência de publicidade do ato público por meio da própria sessão eletrônica do sistema, na qual todos os licitantes permanecem devidamente registrados e aptos a acompanhar, em tempo real, a realização e o resultado do sorteio.

9.3. Habilitação Jurídica

9.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação

no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo os tributos federais e a Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais;

9.4.3. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa (CNDT);

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei;

9.4.8. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.6. **Qualificação Técnica**

9.6.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que evidenciem a execução satisfatória de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.6.2. Zaava ... debater com base na justificativa abaixo:

9.6.3. A exigência de qualificação econômico-financeira reforçada justifica-se em razão do volume financeiro envolvido na gestão de créditos de benefícios, da necessidade de garantir capacidade operacional contínua da contratada e da mitigação de riscos de interrupção do serviço essencial.

9.6.4. **Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar, no mínimo:**

9.6.4.1. Gerenciamento e administração de benefícios de auxílio-alimentação e/ou auxílio-refeição;

9.6.4.2. Disponibilização de sistema informatizado (plataforma web) para gestão pela CONTRATANTE e aplicativo móvel para os usuários.

9.6.5. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.6. O fornecedor deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da veracidade dos atestados apresentados, inclusive cópia dos contratos correspondentes, identificação do CONTRATANTE e local de execução dos serviços.

9.7. **Requisitos Técnicos-Regulatórios**

9.7.1. Declaração de conformidade com a Lei nº 14.442/2022 e com o Decreto nº 10.854/2021, garantindo a interoperabilidade da rede e a proibição de concessão de taxas negativas ou benefícios indiretos que não estejam previstos em lei.

10. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais circunstâncias serem formalmente registradas por apostilamento.

10.3. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ocorrer por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, para tanto, o uso de meios eletrônicos.

10.4. O CONTRATANTE poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. **Preposto**

10.6.1. A CONTRATADA deverá indicar o Gestor de Conta responsável, fornecendo nome completo, e-mail institucional e telefone de contato direto para atendimento às demandas da fiscalização do CRA-RS.

10.6.2. O preposto deverá ter autonomia para resolver questões operacionais relativas ao sistema de gestão, logística de entrega de cartões e suporte aos beneficiários.

10.6.3. A CONTRATADA não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo a comunicação ocorrer preferencialmente por meios eletrônicos ou telefônicos.

10.6.4. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.7. **Fiscalização**

10.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.7.2. O fiscal do contrato registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

10.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

10.7.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.7.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

10.7.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

10.7.9. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

10.8. Gestor do Contrato

10.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Critérios de Medição e Pagamento

11.1.1. A avaliação da execução contratual será realizada com base na correta disponibilização dos créditos de auxílio-alimentação e/ou refeição aos beneficiários indicados pelo CONTRATANTE, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

11.1.2. Considerando que o objeto contratual não se caracteriza como prestação de serviço remunerada diretamente, mas sim como intermediação e gestão de créditos destinados aos empregados, a medição terá como foco a efetiva disponibilização dos valores.

11.1.3. A aferição da execução considerará:

11.1.3.1. comprovação do carregamento integral dos valores nos cartões dos beneficiários;

11.1.3.2. cumprimento do prazo de disponibilização dos créditos;

11.1.3.3. apresentação de relatório analítico contendo nome, CPF, valor creditado e identificação do cartão;

11.1.3.4. manutenção da bandeira aberta;

11.1.3.5. regularidade fiscal da CONTRATADA, nos termos do subitem 9.3 deste Termo de Referência.

11.2. Do recebimento

11.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 dias, mediante o respectivo termo de ateste emitido pelo fiscal do contrato.

11.2.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.3. Natureza do Pagamento

11.4. O valor transferido à CONTRATADA compreende, de forma preponderante, o montante destinado à disponibilização dos créditos de natureza alimentar aos beneficiários, bem como a taxa de administração contratual.

11.5. A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviço de natureza continuada, com predominância de atividades de intermediação, gestão e operacionalização de benefícios de auxílio-alimentação e/ou refeição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.6. O repasse dos valores destinados aos benefícios possui natureza vinculada à execução contratual, sendo imprescindível à disponibilização dos créditos aos beneficiários, enquanto a remuneração da CONTRATADA ocorrerá exclusivamente por meio da taxa de administração ofertada no certame.

11.7. Prazo de pagamento

11.7.1. O repasse dos valores destinados aos benefícios de auxílio-alimentação e/ou refeição será realizado pela Administração em caráter pré-pago, mediante depósito ou transferência bancária em favor da CONTRATADA, em data anterior à efetiva disponibilização dos créditos nos cartões ou meios eletrônicos dos beneficiários.

11.7.2. O valor a ser repassado corresponderá ao montante mensal apurado com base na quantidade de beneficiários cadastrados e nos valores unitários do benefício definidos pela Administração.

11.7.3. O repasse ocorrerá mensalmente, condicionado à apresentação prévia, pela CONTRATADA, de:

11.7.3.1. relatório atualizado de beneficiários elegíveis; e

11.7.3.2. planilha de cálculo detalhada dos valores a serem creditados;

11.7.4. ambos devidamente conferidos e aprovados pela Administração.

11.7.5. O referido repasse não se caracteriza como pagamento antecipado de serviços, mas sim como transferência de recursos vinculados à operacionalização do benefício, nos termos da Lei nº 14.442/2022, com obrigação de disponibilização dos créditos no prazo contratual, sob pena de aplicação de sanções.

11.8. Liquidação

11.8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e após o ateste do Fiscal de Contrato correrá o prazo máximo de até 10 (dez)

dias úteis para fins de emissão da nota de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8.3. Para fins de liquidação, o Fiscal de Contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.8.3.1. o prazo de validade;

11.8.3.2. a data de emissão;

11.8.3.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

11.8.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

11.8.3.5. o valor a pagar; e

11.8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

11.8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.9. **A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:**

11.9.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

11.9.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018).

11.9.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

11.9.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9.5. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

11.9.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10. **Forma de pagamento**

11.10.1. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

11.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.10.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. **Reajuste e repactuação**

11.11.1. Taxa de Administração: a taxa de administração ofertada pela CONTRATADA em sua proposta é fixa e irrevogável durante toda a vigência do contrato, incidindo sobre o valor total das cargas mensais efetuadas.

11.11.2. Reajuste do Valor do Benefício: O valor unitário (facial) dos benefícios de Vale-Refeição e/ou Vale-Alimentação será reajustado conforme os atos administrativos do CRA-RS, baseados em acordos coletivos ou atualizações inflacionárias de preços de gêneros alimentícios.

11.11.3. As atualizações do valor total contratado, decorrentes apenas do aumento do valor unitário do benefício (valor de face), serão formalizadas por simples apostilamento, dispensando a celebração de termo aditivo, conforme o art. 136 da Lei 14.133/2021.

11.11.4. Em nenhuma hipótese a repactuação ou o reajuste poderão contemplar a concessão de descontos (taxa negativa) ou benefícios indiretos (rebates), sob pena de nulidade contratual e sanções legais.

11.11.5. Maiores detalhamentos sobre o formato da repactuação serão definidos no termo de contrato.

11.12. **Cessão de crédito**

11.12.1. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira sem prévia autorização do CONTRATANTE.

12. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando estas justificarem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. **Multas por Atraso (Mora):**

12.2.4.1. Atraso na Recarga de Créditos: Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total da fatura mensal de créditos, por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor mensal, caso os valores não estejam disponíveis nas contas dos empregados na data estabelecida.

12.2.4.2. Atraso na Entrega/Reposição de Cartões: Multa de R\$ 20,00 (vinte reais) por dia, por cartão não entregue, após o decurso do prazo de 02 (dois) dias úteis para novas solicitações ou de 05 (cinco) dias úteis para reposições.

12.2.5. **Multas por Infração Contratual (Execução Deficiente):**

12.3. **Indisponibilidade de Sistema:** Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal do contrato por hora de indisponibilidade injustificada, aplicada após os seguintes prazos de tolerância:

12.3.1. a) **Plataforma de gestão (uso do CONTRATANTE/RH):** após 04 (quatro) horas de interrupção;

12.3.2. b) **Aplicativo do usuário:** após 24 (vinte e quatro) horas de interrupção.

12.3.3. A multa será limitada a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.

12.3.4. Descumprimento de Obrigações Legais (PAT/LGPD): Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual estimado do contrato caso a CONTRATADA perca sua regularidade no PAT ou descumpra normas de proteção de dados pessoais previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

12.4. **Rescisão e Multa Compensatória:**

12.4.1. Multa por Inadimplemento total do contrato e/ou rescisão: No caso de rescisão por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.9. As multas poderão ser recolhidas administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.12. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.13.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.13.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e

12.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.15. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.16. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.18. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor designado;

- 13.4. Designar formalmente fiscal e gestor do contrato responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;
- 13.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para saneamento, correção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas;
- 13.7. Comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia quanto à execução, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 13.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 13.9. Transmitir ao preposto da CONTRATADA todas as demandas relacionadas à execução contratual;
- 13.10. Aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável;
- 13.11. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do contrato;
- 13.12. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões;
- 13.13. Decidir sobre requerimentos apresentados pela CONTRATADA no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, prorrogável motivadamente por igual período;
- 13.14. Responder aos pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;
- 13.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, quando aplicável;
- 13.16. Fornecer, por escrito, as informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- 13.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços prestados;
- 13.18. Emitir decisão formal sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes;
- 13.19. Assegurar, quando o serviço for executado em suas dependências, condições adequadas de trabalho, segurança e saúde ocupacional;
- 13.20. Adotar providências prévias à expedição da ordem de serviço, incluindo liberação de áreas e verificação de pendências;
- 13.21. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos a terceiros decorrentes de atos da CONTRATADA.
- 13.22. A **CONTRATADA** obriga-se a:
- 13.23. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo integralmente os riscos e custos da execução do objeto;
- 13.24. Manter canal de atendimento exclusivo (gestor de conta), com telefone e e-mail, para representação na execução contratual;
- 13.25. A indicação e manutenção do preposto poderão ser recusadas pelo CONTRATANTE, mediante justificativa, devendo ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;
- 13.26. Atender às determinações regulares do fiscal ou da autoridade superior e prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- 13.27. Disponibilizar sistemas, plataformas e recursos tecnológicos necessários à execução do objeto;
- 13.28. Corrigir, às suas expensas, falhas, vícios ou incorreções verificadas na execução dos serviços;
- 13.29. Responder por vícios, danos e prejuízos decorrentes da execução do objeto, inclusive perante terceiros, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo da fiscalização pelo CONTRATANTE;
- 13.30. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual impossibilidade de execução do serviço;
- 13.31. Não contratar, durante a vigência contratual, parentes de dirigentes ou fiscais do contrato até o terceiro grau, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 13.32. Manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;
- 13.33. Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais de seus empregados;
- 13.34. Responsabilizar-se por acidentes de trabalho e comunicações obrigatórias às autoridades competentes;
- 13.35. Manter sigilo sobre informações obtidas em razão da execução contratual;
- 13.36. Observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), tratando os dados pessoais exclusivamente para execução do objeto, sendo vedado seu uso para fins comerciais, marketing ou compartilhamento indevido;
- 13.37. Garantir segurança cibernética das plataformas e integridade dos saldos dos beneficiários, adotando medidas contra fraudes, invasões e vazamentos;
- 13.38. Garantir disponibilidade contínua do sistema e aplicativo, com plano de contingência para evitar interrupção do benefício;
- 13.39. Manter confidencialidade sobre informações técnicas e administrativas, inclusive após o término do contrato;
- 13.40. Cumprir normas de segurança e saúde no trabalho;
- 13.41. Não utilizar trabalho infantil, trabalho forçado ou condições degradantes;
- 13.42. Cumprir legislação trabalhista, inclusive normas de proteção ao menor;
- 13.43. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 13.44. Cumprir cotas legais de inclusão de pessoas com deficiência, reabilitados ou aprendizes;
- 13.45. Responsabilizar-se por erros no dimensionamento da proposta;
- 13.46. Cumprir normas legais federais, estaduais e municipais aplicáveis;
- 13.47. Assumir integral responsabilidade por encargos trabalhistas e sociais;
- 13.48. Zelar pela execução adequada e contínua dos serviços;
- 13.49. Prestar os serviços de forma regular, eficiente e contínua;
- 13.50. Arcar com prejuízos causados por seus empregados ou prepostos;
- 13.51. Providenciar correções imediatas de falhas apontadas pelo CONTRATANTE;

- 13.52. Manter rede credenciada compatível com o número de beneficiários, comunicando descredenciamentos relevantes em até 48 horas;
- 13.53. Responsabilizar-se pela segurança das transações e reposição de saldos em caso de falhas comprovadas;
- 13.54. Não utilizar dados dos servidores para fins comerciais, marketing ou venda de base de dados, sem autorização expressa do CONTRATANTE.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRA-RS, atendidas por meio da seguinte dotação orçamentária: nº 6.2.2.1.1.01.04.01.002 – Auxílio Alimentação/Refeição.

0.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após a aprovação do respectivo orçamento e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, na hipótese de alteração da dotação orçamentária a ser utilizada.

Aldemi Silveira Leon
Chefe de Setor

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
Superintendente Executiva do CRA/RS
CRA-RS nº 30370



Documento assinado digitalmente
ALDEMI SILVEIRA LEON
Data: 11/05/2026 08:19:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIELA
GONCALVES
SANCHES:00430901
097

Assinado de forma digital
por GABRIELA GONCALVES
SANCHES:00430901097
Dados: 2026.05.11 09:03:05
-03'00'

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP-BENS E SERV. Nº 62/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.004308/2025-78

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; pela Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022; bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie.

Aplicam-se, ainda, as disposições específicas a serem estabelecidas no edital e no instrumento contratual, observados os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência e julgamento objetivo.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefícios de vale alimentação e vale refeição, por meio de instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla aceitação em estabelecimentos físicos e digitais, incluindo a disponibilização de sistema de gestão e ferramentas para acompanhamento e utilização dos benefícios pelos usuários, conforme condições a serem detalhadas neste estudo e no Termo de Referência.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS conta atualmente com um quadro de aproximadamente 44 (quarenta e quatro) empregados, quantitativo que fundamenta a presente contratação. Ressalta-se, contudo, que, em razão de eventuais movimentações funcionais, os quantitativos deverão ser considerados como estimados, podendo sofrer variações ao longo da vigência contratual.

2.2. O valor dos benefícios decorre de atualização periódica aprovada pela Diretoria do CRA-RS, podendo ser revisto durante a execução contratual, o que poderá impactar os valores a serem disponibilizados aos beneficiários.

2.3. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade da concessão de auxílio-refeição e auxílio-alimentação aos empregados do CRA-RS, em conformidade com normativos internos e eventuais instrumentos coletivos aplicáveis, assegurando condições adequadas de alimentação e contribuindo para o bem-estar e a produtividade no ambiente de trabalho.

2.4. Trata-se de serviço de natureza continuada e essencial, cuja interrupção pode comprometer direitos dos servidores e afetar o regular funcionamento da Autarquia. Dessa forma, o planejamento da contratação visa assegurar a continuidade do serviço, evitando descontinuidade na sua prestação, em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NATUREZA DO OBJETO

3.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação enquadra-se como **serviço comum**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo amplamente ofertado por diversos fornecedores especializados.

3.2. O objeto não apresenta características singulares, nem demanda soluções personalizadas ou inovadoras que o caracterizem como serviço especial, tratando-se de atividade rotineira e padronizada no âmbito da Administração Pública.

3.3. Adicionalmente, destaca-se que a contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, conforme vedação prevista no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destina ao atendimento de necessidade administrativa essencial, vinculada à política de gestão de pessoas e ao cumprimento de obrigações decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho.

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

4.1. A contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento do CRA-RS e prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do CRA-RS, disponível no site da autarquia. <https://www.crars.org.br/>.

4.2. A contratação se alinha com a perspectiva estratégica de Desenvolvimento Institucional / Processos Internos.

4.3. Com a presente contratação, pretende-se que os benefícios de auxílio-alimentação (VA) e auxílio-refeição (VR) atendam a objetivos estratégicos tanto para o CRA-RS quanto para o bem-estar dos colaboradores.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. **Para atender a demanda do CRA-RS, a empresa contratada deverá atender aos requisitos mínimos:**

5.1.1. Fornecimento de cartões eletrônicos individuais com chip e tecnologia de pagamento por aproximação, protegidos por senha pessoal;

5.1.2. Utilização de bandeira aberta, com ampla aceitação no mercado;

5.1.3. Possibilidade de uso em estabelecimentos físicos e plataformas digitais;

5.1.4. Disponibilização de aplicativo mobile para consulta de saldo, extrato e gestão do cartão;

5.1.5. Disponibilizar sistema eletrônico para gestão, controle e acompanhamento dos créditos concedidos, permitindo acesso pela Administração para fins de fiscalização e gerenciamento do contrato;

5.1.6. Recarga mensal dos benefícios conforme solicitação da contratante;

5.1.7. Atendimento ao usuário por canais digitais e telefônicos;

5.1.8. Substituição de cartões em caso de perda, roubo ou defeito;

5.1.9. Vedação à cobrança de taxas administrativas indevidas aos beneficiários, tais como adesão, manutenção ou emissão, conforme condições a serem estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.10. Estar devidamente constituída e atuar em ramo compatível com o objeto, mantendo regularidade fiscal, trabalhista e demais condições de habilitação durante toda a execução contratual.

5.2. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrão de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência. Os serviços e bens que serão contratados são facilmente encontrados no mercado local e já são amplamente utilizados em outras instituições, não existindo restrição de fornecedores.

5.3. **Sustentabilidade:** A CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber, bem como atender às exigências previstas neste instrumento e no futuro Termo de Referência.

5.4. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.6. **Vistoria:** Não há necessidade de realização de vistoria prévia, tendo em vista que o objeto não envolve execução física em instalações do CRA-RS.

5.7. **Consórcio:** Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto pode ser executado integralmente por uma única empresa, conforme demonstrado em pesquisa de mercado, não havendo prejuízo à competitividade, além de se buscar maior segurança e padronização na execução contratual.

5.8. Os critérios de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica serão definidos no Termo de Referência, observando-se a compatibilidade com a natureza e complexidade do objeto, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Para atendimento da necessidade de concessão de auxílio-refeição e auxílio-alimentação aos empregados do CRA-RS, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado, considerando critérios de viabilidade técnica, operacional e econômica, sendo elas:

a) **Soluções baseadas em rede credenciada específica:** consistem na disponibilização de instrumentos de pagamento aceitos em estabelecimentos previamente conveniados pela contratada. A solução apresenta limitações relevantes quanto à aceitação, uma vez que depende de estabelecimentos previamente conveniados, restringindo o uso pelos beneficiários. Além disso, implica maior complexidade administrativa, tanto para a contratada quanto para a contratante, em razão da necessidade de gestão da rede credenciada e eventuais inconsistências de cobertura. Ademais, a abrangência da rede pode variar entre fornecedores, podendo impactar a experiência de uso dos beneficiários, a depender da cobertura disponibilizada.

b) **Soluções com ampla rede de aceitação (arranjo aberto/bandeira aberta):** permitem ampla aceitação, uma vez que podem ser utilizados em qualquer estabelecimento que aceite a bandeira do cartão, eliminando a dependência de rede credenciada específica. Essa solução proporciona maior flexibilidade ao usuário, inclusive para utilização em aplicativos de delivery, além de reduzir entraves operacionais e simplificar a gestão contratual. Também favorece a adoção de tecnologias modernas, como pagamentos por aproximação e aplicativos de autogestão, aumentando a eficiência do serviço. Quando associada ao modelo de carteira única (cartão flex), contribui para maior eficiência administrativa e melhor experiência do beneficiário, mantendo aderência às diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e à legislação vigente.

c) **Instalação de refeitório próprio:** alternativa considerada inviável, em razão da inexistência de espaço físico adequado que atenda às normas sanitárias aplicáveis, bem como dos elevados custos de implantação, manutenção e da necessidade de contratação de pessoal especializado, fatores incompatíveis com a estrutura e a escala de demanda institucional. Diante da estrutura atual do CRA-RS e da escala da demanda, tal solução mostra-se economicamente e operacionalmente desvantajosa.

d) **Fornecimento de refeições prontas:** alternativa tecnicamente inadequada, por restringir a liberdade de escolha dos usuários, apresentar limitações logísticas quanto à distribuição, armazenamento e horários de consumo, além de não atender de forma satisfatória colaboradores que exerçam atividades externas ou em regimes diferenciados de jornada, podendo restringir a flexibilidade de escolha dos usuários.

6.2. Diante das alternativas avaliadas, a solução baseada em instrumentos de pagamento com ampla rede de aceitação mostra-se a mais adequada para atendimento da demanda, por proporcionar maior abrangência de uso, eficiência operacional e aderência às práticas de mercado, sem prejuízo da competitividade do certame, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de benefícios de vale alimentação e vale refeição, por meio de cartões eletrônicos bandeirados, integrados a sistemas tecnológicos de gestão. A execução do serviço compreende a emissão e entrega dos cartões aos beneficiários, a disponibilização mensal dos créditos conforme solicitação da contratante, bem como a manutenção de sistema informatizado que permita o acompanhamento e controle dos valores disponibilizados.

7.2. Adicionalmente, a solução deverá contemplar a disponibilização de aplicativo para uso dos beneficiários, possibilitando consultas de saldo e extrato, bloqueio e desbloqueio do cartão, além de outros serviços relacionados à gestão do benefício. A contratada também deverá oferecer suporte técnico e operacional contínuo, assegurando o pleno funcionamento do sistema e o atendimento às demandas dos usuários e da Administração.

7.3. A solução proposta busca garantir maior eficiência administrativa, segurança nas operações, transparência na gestão dos recursos e maior autonomia aos beneficiários, permitindo a utilização dos créditos em ampla rede de estabelecimentos físicos e digitais, de forma prática e flexível, em consonância com a solução definida neste Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa da Solução Adotada (Cartão Flex com Bandeira Aberta)

7.4. Optou-se pela adoção de solução baseada em cartão eletrônico com arranjo aberto e disponibilização dos créditos em carteira única (modelo “flex”), permitindo ao beneficiário a livre escolha quanto à utilização do saldo para aquisição de gêneros alimentícios ou refeições prontas, conforme sua necessidade, respeitada a finalidade alimentar do benefício.

7.5. Tal modelo proporciona maior autonomia ao usuário, melhoria na experiência de utilização do benefício e alinhamento às práticas atuais de mercado, além de simplificar a gestão administrativa do contrato, ao evitar a segregação operacional entre vale-alimentação e vale-

refeição.

7.6. A solução mostra-se adequada às diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador e às disposições da Lei nº 14.442/2022, preservando a natureza alimentar do benefício e garantindo eficiência, transparência e economicidade na execução contratual.

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no quantitativo estimado de beneficiários e no valor médio diário do benefício, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE ESTIMADA DE EMPREGADOS	VALOR DIÁRIO ESTIMADO	DIAS ÚTEIS/MÊS	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL (36 MESES)	TAXA ADMINISTRATIVA
1	Contratação de empresa, para o fornecimento de vale alimentação e/ou refeição, cartão eletrônico tecnologia segura de pagamento (chip, NDC ou equivalente).	14109	50	R\$ 46,00	22	R\$ 50.600,00	R\$ 1.821.600,00 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil e seiscentos reais)	a ser definida

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da presente contratação de que trata este Termo de Referência, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento do CRA-RS, sob a seguinte classificação: 6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Auxílio Alimentação/Refeição.

9.2. Ressalta-se que os valores a serem empenhados observarão os limites orçamentários vigentes e poderão variar em função do quantitativo de beneficiários e dos valores dos benefícios concedidos ao longo da execução contratual.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Não se justifica o parcelamento do objeto, tendo em vista que a contratação envolve serviços interdependentes e integrados de administração, gerenciamento e fornecimento de benefícios, cuja execução por múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização dos procedimentos, a operacionalização dos créditos e o controle contratual.

10.2. A adoção de lote único favorece a eficiência na gestão administrativa do contrato, reduz a necessidade de múltiplos controles e interlocuções, minimiza riscos operacionais e contribui para a adequada execução do serviço.

10.3. Ademais, verifica-se que o objeto é comumente contratado de forma unificada no mercado, não havendo indícios de restrição à competitividade, sendo possível a participação de diversos fornecedores aptos à execução integral do objeto.

10.4. Dessa forma, o não parcelamento mostra-se tecnicamente justificável e economicamente vantajoso, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Previamente à celebração do contrato, deverão ser designados formalmente o gestor e o fiscal do contrato, com a devida definição de suas atribuições, bem como promovida a orientação quanto às rotinas de acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual.

11.2. Deverão, ainda, ser adotadas providências para assegurar que a equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato possua acesso aos sistemas necessários ao acompanhamento da execução, bem como capacitação adequada para o desempenho das atividades.

11.3. Adicionalmente, será verificada a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a regularidade da futura contratada no momento da assinatura do contrato, em conformidade com a legislação vigente.

11.4. Considerando que o contrato atualmente vigente encontra-se próximo do término de sua vigência, sem possibilidade de novas prorrogações, a presente contratação deverá ser concluída em prazo hábil, de modo a evitar a descontinuidade da concessão dos benefícios.

11.5. Dessa forma, deverão ser adotadas as medidas necessárias para assegurar a transição entre os contratos, incluindo o acompanhamento dos prazos do procedimento licitatório e a preparação para o início da execução contratual, mitigando riscos operacionais e administrativos.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. A presente contratação é interdependente do contrato atualmente em vigor para o mesmo objeto. Como o referido ajuste atingirá o prazo máximo de vigência em 04/08/2026, esta nova contratação é indispensável para garantir a continuidade do benefício aos empregados do CRA-RS.

12.2. Não há sobreposição de despesas, tratando-se de uma sucessão contratual planejada, com a devida coordenação entre o encerramento do contrato vigente e o início da execução do novo ajuste, de modo a assegurar a continuidade do serviço.

12.3. Para tanto, deverão ser adotadas as providências necessárias à adequada transição contratual, incluindo a implantação da nova solução, a disponibilização dos instrumentos de pagamento aos beneficiários e a transferência operacional dos serviços, sem interrupção na concessão dos créditos.

13. DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os impactos ambientais são considerados de baixa relevância, tendo em vista que a solução é predominantemente digital, reduzindo o uso de materiais físicos. A utilização de cartões eletrônicos e sistemas digitais contribui para a diminuição do consumo de papel e outros insumos, alinhando-se às práticas de sustentabilidade.

13.2. Adicionalmente, a solução permite a adoção de práticas alinhadas aos critérios de sustentabilidade, tais como a digitalização de processos, a redução de deslocamentos e a otimização do uso de recursos, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente justificável, mostrando-se necessária ao atendimento das demandas institucionais do CRA-RS.

14.2. Verifica-se que a solução proposta atende aos requisitos definidos, apresenta compatibilidade com as práticas de mercado, não restringe a competitividade, e está alinhada ao planejamento institucional e à disponibilidade orçamentária.

14.3. Ademais, a contratação observa os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual se recomenda o prosseguimento do processo de contratação.

Aldemi Silveira Leon
Chefe de Setor


Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
Superintendente Executiva do CRA/RS
CRA-RS nº 30370

GABRIELA
GONCALVES
SANCHES:00430
901097

Assinado de forma digital
por GABRIELA
GONCALVES
SANCHES:00430901097
Dados: 2026.05.08
17:06:53 -03'00'

Referência: Processo nº 476910.004308/2025-78

SEI nº 4059782

Documento assinado digitalmente
 ALDEMI SILVEIRA LEON
Data: 08/05/2026 14:36:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SEI Nº 476910.004308/2025-78

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, Autarquia Federal da Administração Indireta regulamentada pela Lei nº 4.769/1965, inscrita no CNPJ sob o nº 92.913.318/0001-81, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1030, Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representado por seu Presidente **Adm. Flávio Cardozo de Abreu**, nomeado pela Ata de Posse nº 005/2025, de 13 de Janeiro de 2025.

CONTRATADA: XXX, com sede na Rua XXX, nº XXX, Bairro XXX, em XXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXX, por seu representante legal, Sr. XXX.

Em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, as partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefícios de vale-alimentação e vale-refeição, por meio de cartões eletrônicos bandeirados (arranjo aberto), com tecnologia de pagamento segura (chip e/ou NFC), aceitos em ampla rede de estabelecimentos físicos e digitais, com disponibilização de sistema de gestão e aplicativo para usuários, conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.
- 1.2 A solução adotada compreende instrumentos eletrônicos de pagamento com ampla rede de aceitação nacional, compatíveis com arranjos de pagamento amplamente difundidos no mercado.
- 1.3 Integram este contrato, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1 o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos;
 - 1.3.2 o Termo de Referência;
 - 1.3.3 a proposta da CONTRATADA;
 - 1.3.4 eventuais anexos, apostilamentos e termos aditivos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1 O contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, mediante prestação de serviços continuados.
- 2.2 A execução contratual compreenderá:
 - 2.2.1 implantação da solução;
 - 2.2.2 emissão e entrega dos cartões;



- 2.2.3 disponibilização de sistema de gestão;
- 2.2.4 recargas periódicas dos créditos;
- 2.2.5 suporte técnico e operacional;
- 2.2.6 manutenção contínua da plataforma tecnológica;
- 2.2.7 monitoramento e rastreabilidade das operações.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 3.1 O prazo de vigência inicial deste contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da última assinatura no presente contrato.
- 3.2 O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por período iguais ou inferiores, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja:
 - 3.2.1 previsão orçamentária compatível;
 - 3.2.2 demonstração formal da vantajosidade para a Administração;
 - 3.2.3 manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
 - 3.2.4 interesse da Administração na continuidade da contratação.
- 3.3 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- 3.4 É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

4 CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos, condições de execução, entrega, recebimento e fiscalização, são os indicados neste contrato e no Termo de Referência, o qual é parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

5 CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto, ressalvada a utilização de instituições integrantes do arranjo de pagamento.

6 CLÁUSULA SEXTA – VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.1 O valor estimado mensal da contratação é de R\$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos reais), correspondente ao valor estimado dos créditos destinados aos beneficiários.
- 6.1.2 O valor anual estimado da contratação é de R\$ 607.200,00 (seiscentos e sete mil e duzentos reais).
- 6.1.3 O valor global estimado para o período de 36 (trinta e seis) meses é de R\$ 1.821.600,00 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil e seiscentos reais).
- 6.1.4 A CONTRATADA será remunerada exclusivamente pela taxa de administração de _% (_____), incidente sobre o valor total das cargas mensais efetuadas.
- 6.1.5 Os valores previstos nesta cláusula possuem caráter estimativo, podendo variar



em razão:

- 6.1.5.1.** da alteração do quantitativo de beneficiários;
- 6.1.5.2.** de reajustes decorrentes de acordos coletivos ou decisões administrativas;
- 6.1.5.3.** da variação de dias úteis mensais.

6.1.6 O valor facial utilizado para composição da estimativa da contratação considerou projeções de reajustes futuros do benefício, razão pela qual a execução financeira efetiva do contrato poderá resultar em valor inferior ao estimado inicialmente, sem que isso gere direito a reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer indenização à CONTRATADA.

6.1.7 O CONTRATANTE não se obriga à execução integral do valor estimado, não havendo garantia de consumo mínimo.

6.1.8 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.2 FORMA DE PAGAMENTO

6.2.1 O repasse dos valores destinados aos benefícios ocorrerá em caráter pré-pago, mediante depósito ou transferência bancária em favor da CONTRATADA, anteriormente à disponibilização dos créditos aos beneficiários, conforme quantitativos informados pelo CONTRATANTE.

6.2.2 O repasse previsto no item anterior não se caracteriza como pagamento antecipado de serviços, mas como transferência de recursos vinculados à operacionalização do benefício de auxílio-alimentação e auxílio-refeição.

6.2.3 A CONTRATADA deverá apresentar previamente:

- a)** relação atualizada dos beneficiários;
- b)** planilha detalhada dos valores a serem creditados;
- c)** nota fiscal correspondente.

6.2.4 O prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, a qual deverá ser previamente informada ao CONTRATANTE.

6.2.5 Após a comprovação da efetiva disponibilização dos créditos aos beneficiários e o ateste do fiscal do contrato, considerar-se-á ocorrido o recebimento definitivo do objeto para fins de liquidação da despesa.

6.2.6 O prazo para liquidação e formalização do pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do ateste definitivo da execução contratual.

6.2.7 A CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- a)** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;



- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.2.8 Havendo erro na nota fiscal, fatura e/ou documento de cobrança, o pagamento não será efetuado até que a CONTRATADA a retifique, período esse em que também não haverá incidência de correção monetária ou juros sobre o valor dela.

6.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.3.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.3.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.3.4 Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

6.3.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.6 Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.7 Na hipótese de a CONTRATADA ser regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 A taxa de administração ofertada pela CONTRATADA permanecerá fixa e irrevogável durante toda a vigência contratual, nos termos da proposta apresentada e do item 7.3 do Termo de Referência.

7.2 Os valores destinados aos créditos de auxílio-alimentação e auxílio-refeição possuem natureza estimativa e poderão variar em razão:

- 7.2.1.** da alteração do quantitativo de beneficiários;
- 7.2.2.** de reajustes decorrentes de acordos coletivos de trabalho;
- 7.2.3.** de decisões administrativas do CONTRATANTE;
- 7.2.4.** da variação de dias úteis mensais.

7.3 As alterações dos valores faciais dos benefícios não caracterizam reajuste contratual nem ensejam recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ressalvadas as hipóteses legalmente



previstas.

8 CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Auxílio Alimentação/Refeição.

9 CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXECUÇÃO

9.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar cartões eletrônicos com tecnologia segura de pagamento, contendo chip e tecnologia NFC ou equivalente.

9.2 Os cartões deverão possuir ampla aceitação nacional em estabelecimentos compatíveis com a natureza do benefício.

9.3 A solução deverá permitir a utilização dos créditos de forma unificada, sem segregação obrigatória entre vale-alimentação e vale-refeição.

9.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar:

- I – sistema informatizado de gestão para utilização pelo CONTRATANTE;
- II – aplicativo ou plataforma digital para os beneficiários;
- III – funcionalidades de consulta de saldo, extrato, bloqueio e gestão do benefício;
- IV – relatórios gerenciais detalhados;
- V – canais de atendimento digital e telefônico.

9.5 Os cartões deverão ser entregues na sede do CRA-RS, localizada na Rua Marcílio Dias, nº 1030, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS.

9.6 Os cartões iniciais deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da solicitação formal da Administração.

9.7 As novas solicitações de cartões deverão ser atendidas em até 02 (dois) dias úteis.

9.8 As reposições de cartões deverão ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, com preservação integral dos saldos existentes.

9.9 Os cartões deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses.

9.10 A CONTRATADA deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

9.11 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das transações e dos dados pessoais tratados durante a execução contratual.

9.12 As recargas dos créditos serão realizadas mensalmente, conforme quantitativos e valores informados pelo CONTRATANTE.

9.13 A CONTRATADA deverá manter custódia dos créditos até sua efetiva utilização pelos beneficiários.



9.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar histórico das operações para fins de auditoria e controle.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

10.1 A CONTRATADA deverá assegurar a adequada transição dos serviços, sem prejuízo à continuidade da concessão dos benefícios.

10.2 A operação deverá iniciar a partir da primeira carga subsequente à assinatura da Ordem de Início dos Serviços.

10.3 A CONTRATADA deverá prestar suporte integral à implantação do sistema e à migração operacional.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO SUPORTE TÉCNICO

11.1 DO SUPORTE TÉCNICO E OPERACIONAL

11.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico e operacional contínuo durante toda a vigência contratual, destinado ao atendimento das demandas do CONTRATANTE e dos beneficiários.

11.1.2 O suporte deverá ser prestado por meio de canais eletrônicos e/ou telefônicos, em dias úteis, em horário comercial, sem prejuízo da disponibilização de atendimento automatizado para funcionalidades básicas do sistema e aplicativo.

11.1.3 O atendimento deverá contemplar, no mínimo:

- 12.1.3.1.** esclarecimento de dúvidas operacionais;
- 12.1.3.2.** suporte ao sistema de gestão utilizado pelo CONTRATANTE;
- 12.1.3.3.** suporte aos beneficiários para utilização dos cartões e aplicativo;
- 12.1.3.4.** bloqueio e desbloqueio de cartões;
- 12.1.3.5.** tratamento de falhas de recarga;
- 12.1.3.6.** registro e acompanhamento de chamados técnicos;
- 12.1.3.7.** orientação sobre utilização da rede credenciada;
- 12.1.3.8.** suporte em casos de indisponibilidade sistêmica.

11.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar gestor de conta responsável pelo acompanhamento contratual, com telefone e endereço eletrônico para contato direto com a fiscalização do CONTRATANTE.

11.3 Os chamados técnicos deverão ser registrados em sistema próprio ou meio equivalente que possibilite rastreabilidade, contendo, no mínimo, número de protocolo, data, horário e descrição da ocorrência.

11.4 A CONTRATADA deverá adotar medidas de contingência aptas a minimizar impactos decorrentes de falhas sistêmicas, interrupções operacionais ou indisponibilidade dos serviços.

11.5 O suporte técnico prestado não poderá gerar qualquer custo adicional ao CONTRATANTE ou aos beneficiários.



12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 São obrigações do CONTRATANTE:

12.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

12.1.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente aos serviços prestados, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;

12.1.5 Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

12.1.6 Rejeitar no todo ou em parte o objeto recebido em desacordo com o Termo de Referência e este contrato;

12.1.7 Permitir livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a execução dos serviços, desde que acompanhados pelo fiscal de contrato;

12.1.8 Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.2 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 executar o objeto em conformidade com o Termo de Referência, edital e proposta apresentada;

13.2 manter gestor de conta responsável pelo atendimento ao CONTRATANTE;

13.3 disponibilizar os sistemas e recursos tecnológicos necessários à execução contratual;

13.4 garantir a ampla aceitação dos cartões em território nacional;

13.5 disponibilizar suporte técnico contínuo;

13.6 corrigir falhas, vícios ou incorreções verificadas na execução;

13.7 manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;

13.8 manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

13.9 garantir a disponibilidade contínua do sistema e aplicativo;

13.10 adotar medidas de segurança cibernética e proteção contra fraudes;

13.11 manter sigilo sobre informações obtidas em razão da execução contratual;

13.12 observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;



- 13.13** não utilizar dados pessoais para fins comerciais, marketing ou compartilhamento indevido;
- 13.14** prestar os serviços de forma contínua, regular e eficiente;
- 13.15** providenciar correções imediatas das falhas apontadas pelo CONTRATANTE;
- 13.16** responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- 13.17** manter rede de aceitação compatível com o quantitativo de beneficiários;
- 13.18** comunicar descredenciamentos relevantes em até 48 (quarenta e oito) horas.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 14.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 14.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 14.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 14.4** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REUNIÃO INICIAL, DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 Da reunião inicial de apresentação:

- 15.1.1** Após assinatura do contrato, antes do início das atividades, deverão se reunir na sede do CONTRATANTE, o fiscal deste contrato e o representante legal da CONTRATADA, onde deverá indicar formalmente o seu preposto, informando todos os seus dados funcionais.
- 15.1.2** Na reunião inicial deverá ser apresentado o fiscal do contrato por parte do CONTRATANTE, o Plano de Fiscalização, que conterá as informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, além de esclarecimentos de dúvidas porventura existentes.

15.2 Do Acompanhamento e Fiscalização:

- 15.2.1** Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, fica definido que a fiscalização deste contrato por parte do CONTRATANTE será exercida por funcionário previamente designado pela Administração;



15.2.2 A CONTRATADA designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto do contrato.

15.2.2.1 O(s) representante(s) da CONTRATADA, designados para acompanhar a execução contratual deverá estar apto a responder, perante o CONTRATANTE, sobre todas as dúvidas inerentes à execução dos serviços objeto do contrato, bem como ao cumprimento das obrigações administrativas, documentais e técnicas relacionadas à contratação.

15.2.2.2 O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato.

15.2.3 As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, por meio de *e-mail*, ofícios, memorandos ou atas de reuniões.

15.2.4 O CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

15.2.5 A CONTRATADA não está obrigada a manter o preposto no local da execução do objeto, todavia deverá atender às solicitações do CONTRATANTE imediatamente após seu contato.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades constantes no Termo de Referência, fundamentadas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus, ou recolhidas diretamente em conta indicada pelo CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

16.3 As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.2 Conforme art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato pode ser:

17.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.2.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

17.2.2.1 A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada



da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.2.2.2 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do CONTRATANTE, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

17.2.3 Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3 Nesta hipótese, aplicam-se também o artigo 139 da Lei 14.133/2021.

17.4 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- 17.6.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 17.6.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.6.3** Indenizações e multas.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei 14.133/2021.

19.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.



21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – REGRAS ANTICORRUPÇÃO

- 21.1** As partes declaram que não aceitam ou tampouco admitem que seja oferecido qualquer pagamento, comissão, doação, compensação, entrega e/ou promessa de pagamento, direto ou indireto, de dinheiro, bens, vantagens, benefícios a órgãos ou repartições públicas, cartórios, candidatos, partidos políticos, juízes, desembargadores ou a qualquer agente público ou político.
- 21.2** A CONTRATADA não financia ou tampouco admite que seja de qualquer forma subvencionada a prática de atos ilícitos, com ou sem a finalidade de obter vantagens para si ou para o CONTRATANTE.
- 21.3** O CONTRATANTE desde já se declara ciente e concorda que são práticas inaceitáveis na relação ora estipulada: (i) todo e qualquer tipo de discriminação, quer de cunho econômico, social, político, de cor, de raça, de sexo ou de religião; (ii) pagamento ou recebimento de propina de qualquer espécie; (iii) recebimento ou pagamento de brindes, presentes ou favores de natureza não promocional, que não respeitem as melhores práticas legais e morais, com vistas à obtenção ou concessão de privilégios indevidos; e (iv) atos que causem danos aos interesses éticos da CONTRATADA ou de terceiros, do governo, de clientes ou tragam prejuízos diretos ou indiretos; (v) exercer influência indevida sobre qualquer autoridade pública; (vi) induzir qualquer autoridade pública a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, infringindo as suas atribuições legais.
- 21.4** A CONTRATADA compromete-se a não violar qualquer lei, norma e/ou regulamento nacional ou internacional anticorrupção, em especial, o disposto na Lei n.º 12.846/2013.
- 21.5** No caso de se verificar a prática de qualquer ato lesivo, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – INTEGRIDADE

- 22.1** O CONTRATANTE e a CONTRATADA declaram não utilizar, em nenhuma de suas atividades, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, das convenções da OIT e dos Princípios Orientadores da ONU ou tampouco de mão-de-obra escrava ou análoga, comprometendo-se a envidar esforços para que as referidas medidas sejam adotadas também nos contratos firmados com os demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.
- 22.2** Também declaram combater qualquer forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes e a não promover ação ou divulgação de material promocional que estimule as referidas práticas, bem como se comprometem a envidar esforços para que referida medida seja adotada nos contratos firmados com os seus demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.
- 22.3** Declaram rejeitar qualquer prática discriminatória para acesso à relação de emprego ou sua manutenção e/ou relacionamentos comerciais e sociais, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil ou idade.

23 CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

- 23.1** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, da Circunscrição de Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato.



23.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado na presença de 02 (duas) testemunhas, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Porto Alegre, datado e assinado digitalmente.

Adm. FLÁVIO CARDOZO DE ABREU
Conselheiro Presidente
CRA-RS nº 20.904

Contratada
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul – CRA-RS

CNPJ: 92.913.318/0001-81

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:		CNPJ:
FONE: ()	E-MAIL:	
RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA:		
Nº DO BANCO:	BANCO:	
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE Nº	

1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento mensal de auxílio-refeição e auxílio-alimentação, por meio de cartões eletrônicos, com tecnologia segura de pagamento (chip, NFC ou equivalente), incluindo a disponibilização da rede credenciada e a realização de recargas mensais, para atender às necessidades do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador.

2. QUANTITATIVOS E VALORES

2.1 Estimativa Mensal

Quantidade estimada de beneficiários: 50 (cinquenta).

Taxa de Administração ofertada: ____ % (Informar percentual, não podendo ser negativo, conforme edital)

Valor correspondente à taxa (R\$): R\$ XXX

Valor total mensal da proposta (créditos + taxa): R\$ XXX

2.2 Estimativa Anual

Valor estimado anual (**créditos + taxa**): R\$ XXX

2.3 Valor Global da Proposta (36 meses)

Valor global estimado para 36 (trinta e seis) meses (**créditos + taxa**): R\$ XXX (valor por extenso)

3. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Prazo para início da execução: conforme Termo de Referência.
- Prazo de vigência contratual: 36 (trinta e seis) meses.
- Declaro que estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto.
- Declaro que a rede credenciada atende às exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

Datado e assinado eletronicamente.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA COM CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL